



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATE AO RACISMO NA INFÂNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às 18 horas e 53 minutos, foi iniciada a audiência pública em que foi discutido estratégias e políticas públicas destinadas a coibir o racismo cometido ainda na infância. Primeiramente, o Vereador Flávio Martins, Presidente da Câmara Municipal de Formiga, informou que a audiência estava sendo transmitida ao vivo através dos canais oficiais da Câmara Municipal de Formiga no Facebook, Instagram e Youtube. Acrescentou ainda, que a presente audiência foi requerida por iniciativa da Vereadora Joice Alvarenga, através do Requerimento nº 025 de 12 de maio de 2025. Dessa maneira, passou a palavra à Vereadora Joice Alvarenga, para presidir e conduzir a audiência pública. Após cumprimentos de praxe, a Vereadora Joice Alvarenga convidou para a composição da Mesa dos trabalhos da audiência, os seguintes expositores: Laércio dos Reis Gomes – Prefeito do Município de Formiga; Maria Lúcia de Oliveira Andrade – Secretária Municipal de Educação e Esportes; Wender Antônio de Oliveira – Secretário Municipal de Saúde; Pollyana Loureiro – Supervisora de Gestão do SUAS/Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano; Diusnara Santos – Conselheira Tutelar em Formiga; Gabriel Nogueira – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; Élide Gonçalves de Paula de Oliveira – Representante do Colegiado da Escola Estadual Aureliano Rodrigues Nunes e Ativista da Luta Antirracista; e Vanessa Beco – Conselheira Tutelar em Belo Horizonte e palestrante. Feito isso, a Vereadora Joice Alvarenga enfatizou a importância do tema abordado naquela audiência. Relatou ainda, a recente situação vivenciada por uma criança de sete anos, vítima de racismo, com amplo debate nas redes sociais. A edil afirmou que por consequência do ocorrido, outras famílias passaram a relatar casos semelhantes, onde foi perceptível a necessidade de levar o tema a um debate público com a presença de representantes dos movimentos de combate ao preconceito/racismo, com a comunidade formiguense e as autoridades do município. Dito isso, a Vereadora Joice Alvarenga agradeceu aos presentes pela disposição em participar daquela audiência, ressaltando ainda que cidadãos interessados poderiam acompanhar a sessão virtualmente, através das redes sociais. A Vereadora Joice Alvarenga ressaltou que conforme relatado pelo Presidente Flávio Martins, em 12 de maio de 2025, foi apresentado pela edil requerimento nesta Casa Legislativa com o seguinte teor: *Considerando a situação vivenciada por uma criança há duas semanas, vítima de atitude discriminatória/preconceito racial praticada por outra criança em um “playground” de um*

Marque Joice



estabelecimento comercial na cidade, com ampla repercussão nas redes sociais causando constrangimento para toda à família; solicito que seja promovida uma audiência pelo Poder Legislativo para debate no Plenário da Câmara Municipal, convidando profissionais/pessoas com conhecimento sobre o tema “Combate ao racismo na infância”, visando discutir estratégias e políticas públicas para coibir situações similares no âmbito do Município de Formiga. Nesse sentido, a Vereadora Joice Alvarenga salientou que a audiência pública é um instrumento de participação popular e transparência, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por legislações federais, estaduais e municipais. Destacou que é o momento para os Poderes Executivo e Legislativo exporem um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, um projeto de lei que poderia gerar impactos ao município, à vida das pessoas e ao meio ambiente. Ressaltou ainda, que é um instrumento de transparência cujo objetivo seria envolver a população nos processos de elaboração e execução de importantes políticas públicas, como o combate ao racismo na infância. Elucidou que conforme Regimento Interno da Câmara Municipal de Formiga, a realização da audiência pública, encontra-se prevista nos artigos 125 a 131. Informou que o edital da convocação da referida de audiência foi publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, dia 11 de agosto de 2025, edição nº 4082. Informou também que foram emitidos 88 (oitenta e oito) convites, convidando dentre representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais, Clubes de Serviço, Associações, Entidades de Classes, Escolas Públicas e Particulares, Imprensa, Instituições Filantrópicas, Polícia Civil e Militar, e comunidade em geral para participarem, presencialmente/virtualmente, desse processo de discussão. Salientou que foram convidados também, todos os Vereadores desta Casa Legislativa. Antes iniciar os debates, a Vereadora Joice Alvarenga agradeceu à imprensa pela divulgação da realização dessa audiência pública, e realizou algumas breves considerações sobre a dinâmica desta: explicou que primeiramente, explanaria a palestrante Vanessa Beco – Conselheira Tutelar em Belo Horizonte, pelo prazo de até 20 (vinte) minutos, não podendo ser apartada. Após, cada componente da Mesa de Debate, teria o prazo de 03 (três) minutos para sua exposição, não podendo ser apartado. Portanto, solicitou aos participantes e vereadores, que dúvidas surgidas durante as apresentações fossem anotadas, para questionamentos no momento oportuno. Concluindo, informou aos presentes que nos termos do art. 129, parágrafo 7º do Regime Interno, participantes e vereadores teriam o prazo de 03 (três) minutos para interpelar os debatedores, dispondo esses de igual tempo para responder. Assim, iniciando os debates, pronunciou-se a Sra. Vanessa Beco. Primeiramente, mencionou a relevância da discussão de estratégias de combate ao racismo e ressaltou



que no ano de 2025, apesar de gerações terem acreditado que essa situação estaria superada na sociedade, infelizmente, a questão ainda se fazia presente de formas estrutural e cotidiana. Pontuou também que, as pessoas que carregam a ideia distorcida de que moradores de periferias seriam perigosos e não confiáveis, reproduzem um preconceito associado à discriminação, o que alimentaria pautas violentas, como o racismo. Em seguida, relatou um episódio que presenciou em seu bairro ainda no ano de 2025, o qual a fez lembrar de sua infância e os apelidos agressivos da época, como “borra de café”, “cabelo Bombril”, “picolé de asfalto”, entre vários outros que desumanizam pessoas negras. Prosseguindo, mencionou a Lei Nacional nº 10.639/2023, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas, públicas e particulares. Explicou que muitos profissionais da Educação não se encontram devidamente preparados para lidar com situações de natureza discriminatória no ambiente escolar. Destacou assim que o processo educacional exige especial atenção e sensibilidade quando se tratam de crianças negras e indígenas que vivenciam, desde cedo, situações de preconceito e racismo. Reforçou a importância do ensino da cultura africana durante todo o ano escolar e não apenas em datas simbólicas, como 20 de novembro. Após necessárias elucidações, concluiu sua explanação ressaltando que educadores e familiares, devem reforçar cotidiana e positivamente a autoestima das crianças e adolescentes, visto que são seres em desenvolvimento, tornado o caminho para a vida adulta o mais pleno possível. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Maria Lúcia de Oliveira Andrade – Secretária Municipal de Educação e Esportes, que trouxe à tona um episódio relatado pela professora e pesquisadora Magda Soares, ocorrido em uma instituição de ensino no município de Belo Horizonte. Na ocasião, foi distribuída uma cartilha de alfabetização às crianças e uma das alunas, uma criança negra, manifestou-se afirmando que o material não era agradável. A aluna justificou seu incômodo ao relatar que identificou na referida cartilha uma representação de sua mãe como uma mulher negra exercendo a função de empregada doméstica em uma família branca e pertencente à burguesia. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Educação e Esportes é sensível à causa e falou das ações implementadas sob sua gestão visando o combate ao racismo no ambiente escolar, inclusive a capacitação de educadores com palestras voltada aos fundamentos da educação étnico-racial, compreendendo e promovendo a diversidade na escola. Por derradeiro, a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Andrade, enfatizou a necessidade da reconstrução dessas questões no ambiente escolar, ressaltando, contudo, que tal iniciativa requer persistência e contínuo esforço. Na sequência, manifestou-se a Sra. Diusnara Santos, Conselheira Tutelar em Formiga. Oportunamente, pontuou sobre a inércia dos pais para com a educação de seus

Tranque



filhos, especialmente no que tange a abordagem de temas como racismo e preconceito, visando coibir atitudes e ações discriminatórias, praticadas entre crianças/adolescentes. Posteriormente, manifestou-se o Sr. Gabriel Nogueira, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Primeiramente, o Sr. Gabriel Nogueira salientou que como profissional da saúde mental – Psicólogo – de fato, o efeito do racismo gera o desencadeamento de diversos transtornos, inclusive, tentativas de autoextermínio. Ressaltou ainda a importância de “levar vozes negras” aos movimentos sociais do município, reconhecendo a necessidade de representatividade. Enfatizou ainda que a maioria dos usuários do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) são pessoas negras evidenciando-se, assim, a situação de vulnerabilidade, pois além do racismo, haveria ainda vários outros tipos de violação de direitos. Finalizando, o Sr. Gabriel Nogueira afirmou que não bastava oferecer medicamentos, tratamentos e terapias, se o racismo estrutural não for enfrentado, já que representava um fator determinante no adoecimento da população negra. A seguir, foi condida a palavra à Sra. Pollyana Loureiro, que destacou a necessidade de os brasileiros conhecerem mais profundamente sua própria história e identidade, ressaltando que muitos ainda vivenciam de forma direta, os resquícios do período escravocrata. Em continuidade, observou que no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o trabalho desenvolvido tem como foco central a família. Destacou que os caminhos da assistência e da educação antirracista se entrelaçam, produzindo efeitos positivos, visto que a criança não nasce racista, sendo esse comportamento, muitas vezes, reflexo de práticas e omissões na educação familiar. Na sequência, afirmou que o SUAS poderia oferecer suporte significativo e atuar de forma articulada com outras políticas públicas, como as áreas de saúde mental e educação, no enfrentamento do racismo e à promoção da cidadania. Por fim, acrescentou que neste ano de 2025, estava em curso um esforço voltado ao fortalecimento das equipes de trabalho, com o objetivo de tornar as ações mais eficazes, promovendo, por meio do diálogo e da construção, o sentimento de dever cumprido. Prosseguindo, o Sr. Wender Antônio de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde, salientou que a cultura na qual a sociedade foi historicamente formada contribui para julgamentos, os quais, por consequência, resultam em condutas inadequadas à realidade, com reflexos na relação entre crianças. Destacou ainda que no âmbito da saúde, o ambiente deveria ser essencialmente acolhedor e protetivo, no entanto, tal princípio nem sempre é efetivado na prática. Exemplificou situações em que a queixa de um paciente negro é desvalorizada ou quando uma mulher vítima de violência não encontra uma escuta qualificada, demonstrando, portanto, manifestações do racismo institucional. Reforçou que sem a existência de políticas públicas, a etapa de ressignificação de conceitos, valores e comportamentos,



torna mais difícil a promoção de mudanças reais e sustentáveis nas práticas institucionais e sociais. Adiante, foi concedida a palavra ao Prefeito Laércio dos Reis Gomes, o qual ressaltou que este momento deveria representar mais do que uma simples reflexão, mas ser um ponto de partida para efetivas mudanças. Citando a recente Festa do Reinado do Rosário, comentou sobre a ritualística rememorando a época em que negros não podiam frequentar as igrejas. Falou ainda sobre a igualdade jurídica entre as pessoas, independente de raça, cor e orientação sexual. O Prefeito Laércio dos Reis Gomes corroborou os apontamentos feitos anteriormente pela Sra. Vanessa Beco, destacando a importância de buscar criatividade e empenho no âmbito da educação para a mudança de comportamento da sociedade visando dizimar ações e comportamentos de cunho racista. Fazendo menção à fala da Conselheira Tutelar Diusnara Santos, o Prefeito Laércio dos Reis Gomes enfatizou que os pais exercem papel fundamental e insubstituível na formação e educação de seus filhos. Por fim, ressaltou a necessidade do Poder Público e sociedade organizada trabalharem paralelamente em prol desta causa, visando mudar essa realidade em que condutas racistas ainda permeiam. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Élide Gonçalves de Paula de Oliveira – Representante do Colegiado da Escola Estadual Aureliano Rodrigues Nunes e Ativista da Luta Antirracista, a qual fez um relato comovente do episódio de racismo vivenciado por sua filha Hyane Luiza de Paula Oliveira, evidenciando a gravidade da situação. Destacou ainda que inúmeras outras crianças continuam a passar por circunstâncias semelhantes, muitas vezes sem o apoio necessário por parte da sociedade e, em alguns casos, de seus familiares. Enfatizou, portanto, a urgência de que sejam implantadas ações concretas que transcendam o debate teórico, propondo mudanças efetivas no âmbito das instituições de ensino, sejam elas estaduais, municipais, particulares, tanto em demais espaços de convivência social. Posteriormente, a Vereadora Joice Alvarenga ressaltou a importância de dar visibilidade à temática, considerando sua relevância social, a fim de que o Poder Público adotasse as devidas providências e traçasse as necessárias políticas públicas, alinhadas à questão orçamentária. Oportunamente, a Vereadora Joice Alvarenga parabenizou a Sra. Élide Gonçalves de Paula de Oliveira pela adoção de sua postura antirracista, porque a posição de constante enfrentamento na sociedade exige, sobremaneira, atitude e determinação. A edil procedeu ainda à explanação sobre as distinções jurídicas e conceituais entre racismo e injúria racial. Feito isso, a Vereadora Joice Alvarenga concedeu a palavra aos participantes, presentes na audiência pública. Primeiramente, pronunciou-se a Sra. Renata Paula de Oliveira, quando afirmou que em eventos como aquela audiência em que se debate o racismo, muitas pessoas agrupam ao tema, questões como homofobia, discriminação a pessoas em situação de



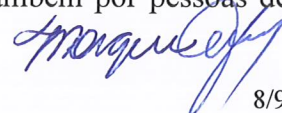
rua, entre outros. Questionou a ausência do tema “combate ao racismo” no Programa de Governo do Prefeito Laércio dos Reis Gomes. Afirmou que o racismo engloba muitos aspectos e que há diversos tipos, como racismo religioso, ambiental, cultural, etc. e que por esta razão não bastaria “não ser racista”, mas imprescindível combatê-lo, sobretudo, na esfera judicial. Falou ainda da importância da representatividade, de pessoas negras ocupando espaços de poder, na mídia, entre outros. Pontuou também sobre a necessidade de políticas públicas de enfrentamento ao racismo na sociedade formiguense. Em seguida, propôs a elaboração de um Projeto de Lei para que aos servidores públicos das áreas da Educação e Saúde, seja ofertado curso de letramento racial. Na sequência, foi passada a palavra para o Sr. Antônio de Pádua Elias de Sousa, o qual fazendo menção à década de 70, citou o trecho de música do álbum “Deus Negro”, do artista Tony Tornado, *“você teriam por ele esse mesmo amor, se Deus fosse um homem de cor”*, demonstrando já à época um manifesto em tom de liberdade e igualdade entre as raças. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Lilian Silva que também relatou um episódio de racismo envolvendo sua filha e outra criança colega da mesma instituição de ensino. Oportunamente, enalteceu a postura corajosa da Sra. Élide Gonçalves de Paula de Oliveira no episódio de racismo envolvendo a filha, parabenizando-a pela atitude de publicizar a situação e transformá-la em debate. Em seguida, a palavra foi franqueada à Sra. Maria Teresinha de Faria (Terê), que salientou a importância de cada Departamento da Administração Pública desenvolver políticas públicas voltadas para o combate ao racismo. Comentou ainda sobre seu projeto social intitulado “Raça Negra Para Todos”, mencionando a expressiva demanda de mães que têm manifestado, por meio de depoimentos, os relatos de racismo vivenciados por seus filhos, mostrando a relevância da representatividade e da promoção de espaços para debate. Dando prosseguimento, o Sr. Paulo Márcio de Assis Barbosa, servidor do Centro de Educação Infantil Nelson Alvarenga, enfatizou a importância de trabalhar essa temática com as crianças desde cedo, tal como proposto pela Lei Nacional nº 10.639/2023, para que desde tenra idade compreendam a inaceitabilidade do racismo. Novamente manifestando-se, o Prefeito Laércio dos Reis Gomes reafirmou seu compromisso com a promoção da igualdade entre as pessoas, destacando que esta deve se materializar nas práticas sociais cotidianas. Alertou ainda, para a necessidade de ações concretas, de modo a evitar que a discriminação racial se estabeleça como padrão na sociedade. Oportunamente, a Vereadora Joice Alvarenga ressaltou que aquela audiência tinha por objetivo gerar diretrizes para a formulação de políticas públicas, sobretudo para as áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano. Assim, enfatizou a importância da presença do Chefe do Executivo naquela audiência, para a incorporação das políticas públicas às prioridades orçamentárias



do município. Reforçou, portanto, que o debate só produziria efeitos, se as pautas discutidas fossem realmente traduzidas em ações concretas e incluídas no orçamento público de forma estruturada. Logo após, mais uma vez manifestando-se, o Sr. Gabriel Nogueira pontuou que o racismo integra o conceito de interseccionalidade, sendo necessário seu enfrentamento em diversas frentes. Defendeu também que o diálogo e a articulação de pautas são formas fundamentais para o avanço das políticas antirracistas. Por fim, abordou questão acerca da necessidade de ampliação dos serviços de saúde mental no município, além da inclusão de ações preventivas e de letramento racial no contexto educacional. Mais uma vez no uso da fala, a Sra. Vanessa Beco pontuou que em algumas cidades, as conexões entre os diversos territórios culturais nem sempre se concretizam de forma efetiva. Assim, defendeu que as políticas públicas culturais devem ser repensadas, especialmente ao se propor a transferência de atividades culturais nos espaços centrais da cidade e vice-versa, sendo necessário avaliar de que forma os moradores desses centros se conectam - ou não - com os das regiões periféricas. Abordou sobre a questão da formação dos educadores e lideranças para trabalhar a história e a cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino, inclusive sob o seu aspecto religioso, contemplando os vários sagrados existentes, visto que a religiosidade é pauta de muitas tensões, rompimentos e negação entre a sociedade. Salientou que diversos dados, registram o quanto a população negra é violentada desde a primeira infância, sob as mais diversas searas, como na educação, em que há muito menos matrículas efetivadas em creche por crianças negras, ou no âmbito da saúde mental, em que mais da metade de adolescentes em tentativas de autoextermínio são negros. Falou também das dificuldades existentes em muitas famílias em ensinar e afirmar para suas crianças que são pertencentes à raça negra e dos reflexos negativos advindos dessa postura. Assim, falou da necessidade do fortalecimento e empoderamento dessas famílias, de forma a combater o racismo cometido na infância sob os mais diversos perfis: negros, indígenas, ciganos. Enfatizou que o racismo é também um sistema de poder, a considerar que embora grande parcela da população brasileira seja negra, os parlamentos são ocupados em sua maioria por pessoas brancas. Destacou em seguida, que o Poder Público precisaria atuar com foco na equidade, alertando que o simples discurso de igualdade não assegurava, por si só, a vivência deste princípio de maneira justa e positiva na prática. A Sra. Vanessa Beco enfatizou que a palavra “racismo” precisava ser dita e que a temática deveria ser continuamente abordada em políticas públicas, para que pessoas negras compreendam que são tão humanas quanto as brancas. Na sequência dos trabalhos, o Vereador Jaci Honório de Paula – Jaci da Rua Nova, falou da importância das Festividades do Congado para a cultura negra e das ações de combate ao racismo. Na sequência, o Sr. Gilberto Galdino de Souza



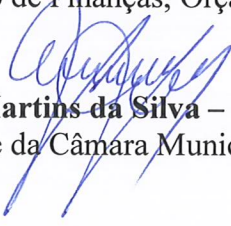
compartilhou experiências marcadas por episódios de racismo vivenciados em sua juventude, ressaltando a importância da valorização da população negra, destacando sua contribuição na construção do Brasil. Após, manifestou-se o Sr. José Ivo da Silva que agradeceu a Sra. Vanessa Beco pela partilha e ensinamentos naquela audiência. Parabenizou ainda a Sra. Élide Gonçalves de Paula de Oliveira pelo seu dinamismo e atuação na luta antirracista. Prosseguindo, o Sr. Luís Carlos Estevão, ex-vereador desta Casa Legislativa, fez uso da palavra e relembrou que foi autor da proposição que originou a Lei Municipal nº 6195/2024, a qual institui a Semana da Consciência Negra, destacando, todavia, que a abordagem do tema não deveria se restringir a uma única semana, mas, sim, objeto de reflexão e debate contínuo ao longo do ano. A jovem Yasmim Lara dos Reis Santos também contribuiu com o debate, afirmando que sentiu a dor de sua prima Hyane Luiza de Paula Oliveira, vítima de racismo, e assim clamou pela implementação de políticas públicas eficazes, com maior atenção ao ambiente escolar. Em seguida, a Investigadora da Polícia Civil Sra. Yana Menezes manifestou-se, colocando a instituição à disposição para prestar a devida assistência às vítimas de discriminação racial. Reforçou ainda o compromisso da Delegacia de Polícia Civil para com ações voltadas à prevenção, conscientização e ao cuidado com a população. Posteriormente, o Sr. Wellington Geraldo Oliveira, esposo da Sra. Élide Gonçalves de Paula de Oliveira, registrou seu contentamento pela promoção daquele debate, ressaltando que a população negra ainda enfrenta intensos episódios de discriminação em diversos espaços sociais, como escola, igreja, compartilhando com os presentes, várias situações em que foi vítima de racismo. Oportunamente, a Vereadora Joice Alvarenga agradeceu a participação do Sr. Denilson Oliveira que acompanhava a audiência virtualmente, pela rede social. Ao avançar para as considerações finais, a Sra. Vanessa Beco destacou a importância de se compreender que crianças não cometem crimes e que os episódios de racismo muitas vezes refletem o tipo de educação transmitida no ambiente familiar. Defendeu ainda a necessidade de garantir, valorizar e respeitar a diversidade e o direito de todo indivíduo de “ser completo”, desde a primeira infância até à vida idosa, como forma de promover uma verdadeira transformação social. Por derradeiro, agradeceu a oportunidade de explanar na audiência, em especial à Vereadora Joice Alvarenga pelo convite. Em sua derradeira manifestação, o Prefeito Laércio dos Reis Gomes reforçou seu empenho em desenvolver e implementar ações efetivas para combate ao racismo, em articulação com a sociedade civil, as famílias e os órgãos públicos. Por sua vez, o Presidente do Poder Legislativo, Vereador Flávio Martins ressaltou que na atual conjuntura é lastimável que ainda persistam episódios de racismo na sociedade; inclusive compartilhou situações presenciadas quando Policial Militar da ativa e também por pessoas de seu


8/9



convívio familiar. Finalizando, parabenizou a Vereadora Joice Alvarenga pela iniciativa na promoção daquela audiência e à Sra. Vanessa Beco pela relevante participação como palestrante. Posteriormente, a Vereadora Joice Alvarenga, juntamente com os presentes no plenário, homenageou a pequena Hyane Luiza de Paula Oliveira pela celebração de seu aniversário de oito anos, ocorrido no dia anterior, presenteando-a como forma de carinho. A Vereadora Joice Alvarenga ainda solicitou formalmente ao Sr. Prefeito Laércio dos Reis Gomes a reativação do Conselho Municipal da Identidade Negra, destacando a importância do órgão para o avanço das políticas públicas voltadas à equidade racial. A edil pleiteou ainda a criação de um departamento/setor específico, no bojo da nova Estrutura Administrativa e Organizacional, para trabalhar as políticas de promoção da igualdade racial. A Vereadora Joice Alvarenga também presenteou a Sra. Vanessa Beco, como forma de agradecimento pela valorosa contribuição ao debate promovido na audiência. Após derradeiros agradecimentos aos representantes de diversas entidades, inclusive dos municípios de Arcos e Córrego Fundo, a Vereadora Joice Alvarenga deu por encerrada a audiência às 22 horas e 05 minutos. Ao final, todos os presentes posaram para registro fotográfico.


Joice Alvarenga Borges Carvalho – Joice Alvarenga
Relatora da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas


Flávio Martins da Silva – Flávio Martins
Presidente da Câmara Municipal de Formiga